



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL  
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA  
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS  
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

**ESTER ROCHA DE LIMA SILVA**

**GÊNERO, REFÚGIO E TRABALHO:  
UM OLHAR AO BRASIL E SUAS POLÍTICAS PÚBLICAS**

**SÃO FRANCISCO DO CONDE**

**2023**

**ESTER ROCHA DE LIMA SILVA**

**GÊNERO, REFÚGIO E TRABALHO:  
UM OLHAR AO BRASIL E SUAS POLÍTICAS PÚBLICAS**

Projeto de pesquisa apresentado como requisito para obtenção do título de Bacharela em Humanidades no curso de Bacharelado em Humanidades, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Campus Malês - BA.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Joyce Amancio de Aquino Alves.

**SÃO FRANCISCO DO CONDE**

**2023**

**ESTER ROCHA DE LIMA SILVA**

**GÊNERO, REFÚGIO E TRABALHO:  
UM OLHAR AO BRASIL E SUAS POLÍTICAS PÚBLICAS**

Projeto de pesquisa apresentado como requisito para obtenção do título de Bacharela em Humanidades no curso de Bacharelado em Humanidades, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Campus Malês - BA.

Data de aprovação: 16/06/2023.

**BANCA EXAMINADORA**

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Joyce Amâncio de Aquino Alves (Orientadora)**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Carla Benitez Martins**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Isabella Alves Lamas**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>5</b>
<b>2</b>	<b>PROBLEMA DE PESQUISA</b>	<b>5</b>
<b>3</b>	<b>JUSTIFICATIVA</b>	<b>6</b>
<b>4</b>	<b>OBJETIVOS GERAIS</b>	<b>7</b>
4.1	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	7
<b>5</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO</b>	<b>8</b>
5.1	A QUESTÃO DE GÊNERO NO REFÚGIO	8
5.2	CONDIÇÕES DE TRABALHO DAS MULHERES REFUGIADAS	9
5.3	POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES REFUGIADAS NO BRASIL	10
<b>6</b>	<b>METODOLOGIA</b>	<b>11</b>
<b>7</b>	<b>CRONOGRAMA</b>	<b>13</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>14</b>

## **1 INTRODUÇÃO**

O presente trabalho tem o intuito de abordar a participação de mulheres refugiadas com o destino ao Brasil e a inserção no mercado de trabalho, observando quais políticas públicas e projetos que estimulam a incorporação de mulheres em trabalhos dignos. Analisar esses deslocamentos considerando os recortes de gênero em um cenário de refúgio, apresentando o protagonismo feminino e a busca de seus direitos para que garantam um trajeto e realocação no mercado de trabalho exterior por intermédio de projetos políticos do governo brasileiro.

Apesar de não ser um recente fenômeno, houve um crescimento significativo de refugiados logo após a Segunda Guerra Mundial, principalmente pela forte influência de seus Estados para controle político, assim como o refúgio religioso, como era o caso dos judeus na Alemanha. Assim, logo após estes eventos surge a Organização Internacional para Refugiados, com o intuito de prestar assistência e abrigo para esta população, além de constituir a Declaração Universal dos Direitos Humanos e fortalecer o sentido de obrigação em acolher a população refugiada nos Estados. Dessa forma, agora com o reconhecimento e consagração dos direitos se pode reconhecer os refugiados como indivíduos fora do seu país de origem, onde há resistência e não acolhimento de sua nação no seu retorno, além de haver desmotivação e vontade do refugiado em regressar devido a fundado temor à perseguição e desamparo por questões de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a um determinado grupo social ou opinião política, como também devido à grave e generalizada violação de direitos humanos e conflitos armados, segundo definição do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR).

O propósito desta pesquisa é buscar problematizar as relações dos deslocamentos de refúgio internacionais para o Brasil através do espectro de gênero, refletindo nas dificuldades encontradas na inserção ao mercado de trabalho brasileiro marcada por uma sociedade patriarcal, uma vez que há discrepâncias nas relações de gênero observando os empecilhos que estas mulheres enfrentam ao se deslocarem.

## **2 PROBLEMA DE PESQUISA**

A problematização aqui levantada está voltada para a invisibilidade de mulheres refugiadas no mercado de trabalho, questionando qual a notoriedade prestada a estas mulheres

na inserção ao mercado de trabalho brasileiro? O debate aqui abordado tem o intuito de observar os motivos que levam estas mulheres a se retirarem de seus países natais para procurarem abrigo em outra realidade, e através deste fenômeno examinar as consequências dentro dos espectros sociais, econômicos e políticos e como os locais de destino as recebem. Tratando-se desse fenômeno, pode-se discutir a adaptação laboral das mulheres refugiadas num sistema econômico que cada vez mais exige qualificação, podendo haver uma competição entre as próprias refugiadas para colocação em trabalhos mais qualificados.

Segundo dados coletados pela ACNUR (Agência da ONU para Refugiados) a população venezuelana tem se mostrado maioria no fluxo de entrada no Brasil nos últimos anos. Entre as observações se destacam a disparidade da porcentagem de desemprego, onde 33.8% das venezuelanas refugiadas estão sem empregos formais, enquanto os homens chegam a aproximadamente 28% durante a pandemia de Covid-19. (ACNUR, 2021)

A dificuldade desta população feminina refugiada se encontra tanto na capital de maior fluxo de entrada, Roraima, quanto em outros estados ocorrendo o mesmo dilema da falta de oportunidade ofertada a estas mulheres, que pode ser fortemente visualizado no número de mulheres que não conseguem migrar para outras cidades em busca de melhores ensejos por conta de seus filhos, enquanto a população masculina consegue seguir para outras regiões do Brasil.

Outrossim, ao serem excluídas do mercado de trabalho cada vez mais dominado pela tecnologia e que exige maior qualificação, a presença destas mulheres não se torna necessariamente inviável, dado que a elas ficam reservadas os empregos e serviços de caráter rural e informal, sendo empurradas para a periferia desse sistema socioeconômico e suscetíveis à maior exploração e precarização.

De igual modo, este estudo busca problematizar a falta de políticas públicas aplicadas pelo Estado brasileiro para a inserção da população refugiada na formalidade laboral, principalmente mulheres. Uma vez que há a necessidade de estrutura em ações afirmativas que se dediquem na propensão do desenvolvimento digno deste refugiado, o qual evidenciaria a sensibilidade em garantir qualidade de vida e acolhimento direto a esta população (ANDRADE, 2013).

### **3 JUSTIFICATIVA**

Esta pesquisa se justifica devido a importância de se discorrer sobre as migrações

laborais femininas que ocorrem na América Latina. A escolha do tema ocorreu após uma pesquisa sobre imigração de destino estadunidense, em que observei o forte crescimento econômico da comunidade latina que emigrava na década de 1990, e fazia um retorno tributário para seus países de origem, e havia uma visão aproveitadora por parte dos Estados Unidos que utilizava de uma vertente econômica cíclica através desses imigrantes. A partir desta pesquisa me questionei sobre o lugar das mulheres que se refugiam em outros países e no respeitante à sua visibilidade no mercado de trabalho, fazendo um recorte para a recepção do governo brasileiro e integração destas mulheres no meio trabalhista de forma legal e digna. Dessa forma, conduzo este trabalho motivado pela curiosidade em observar como esses processos de refúgio afetam a população feminina e se são visualizados como pilares importantes para uma nação muito maiores do que apenas fatores econômicos.

Ademais, o crescimento da população refugiada no Brasil demonstra uma grande adaptação ao mercado de trabalho, ainda que esta inserção acontecesse de modo informal em sua maioria fomentada pelo preconceito da população nativa na realocação dessa mão-de-obra estrangeira como desvalorização dos cidadãos locais. Portanto, é relevante para o campo acadêmico o crescimento de discussões desse campo de estudo e os desafios que o fenômeno do refúgio impõe à sociedade e ao Estado.

#### **4 OBJETIVO GERAL**

Compreender a inserção laboral de mulheres refugiadas mediante análise das políticas públicas existentes no Brasil.

##### **4.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

1. Conceituar o debate de gênero nas Relações Internacionais e o papel da mulher na esfera laboral.
2. Discutir o protagonismo e reinvenção dos papéis sociais exercidos por essas mulheres.
3. Analisar as condições de invisibilidade das mulheres refugiadas, sua vulnerabilidade e os desafios postos para que necessite se mobilizar, visualizando políticas públicas existentes mediante desafios da (re)inserção laboral.

## 5 REFERENCIAL TEÓRICO

Os fluxos migratórios na América Latina sempre estiveram presentes ao longo da história, marcados por fatores climáticos, laborais e políticos. Contudo, questões laborais são os maiores motivos que levam às imigrações nos dias atuais que, segundo a Organização Internacional do Trabalho (2017), se deslocam em busca de preferíveis condições de trabalho, bem como salários mais justos e condizentes com a qualidade de vida. As grandes movimentações de fluxos populacionais que, em razão de conflitos armados, desastres ou perseguições, necessitam deixar, em grande parte de forma inesperada, seus locais de moradia e trabalho, em busca de refúgio, soma-se 45,7 milhões de pessoas nessa situação ao redor do mundo. (ACNUR, 2020). Há também que se destacar que esse fenômeno é atravessado por outras clivagens a ser analisada como a questão de gênero neste trabalho.

### 5.1 A QUESTÃO DE GÊNERO NO REFÚGIO

A partir do espectro de opressão de gênero, se faz imprescindível abordar as violências sofridas por mulheres refugiadas que são acometidas por abusos de gênero em sociedade e por negligência do Estado em condição de refugiadas, vivenciando diversos tipos de violências fortalecidas pelo patriarcado. (POST, 2016). Para além disso, os protocolos de proteção aos refugiados não promovem o apoio necessário para esta população, bem como não exercitam mecanismos que providenciem elementos equitativos para determinados grupos sociais solicitantes de refúgio, como as mulheres.

Contudo, apesar de grandes instituições, como a ACNUR, reconhecerem a importância de se proteger mulheres em situação de refúgio, apenas em 1980 que se iniciaram discussões abordando a violência sexual sofrida por estas mulheres, a partir de pressões de organizações não-governamentais para que a problemática fosse discutida. Este debate fortaleceu linhas de pesquisas que observavam como os direitos destas mulheres eram violados, se fazendo necessário funcionalizar recursos que realmente protegessem estas refugiadas e não apenas o reconhecimento do impasse. (ABREU, 2018)

Abreu (2018) também endossa que a estrutura social presente no atual contexto fortalece os procedimentos que estimulem a violência de gênero, protagonizando não apenas os motivos para que estas mulheres se tornem refugiadas como casamento forçado, mutilação genital e estupro coletivo, como também as opressões sofridas após a solicitação de refúgio como o não acolhimento, a marginalização do mercado de trabalho e a exploração.



## 5.2 CONDIÇÕES DE TRABALHO DAS MULHERES REFUGIADAS

A problematização levantada por Cavalcanti *et al* (2015) observa como o imigrante laboral, ainda que inserido no mercado de trabalho, continua com uma participação precária principalmente se olhadas através das condições de subsistência independente da sua ocupação. Aqui, o autor denuncia as ações dos Estados perante esta situação que fomenta o fluxo migratório voltado principalmente ao trabalho informal, sendo proposto ações que considerem estes trabalhadores e os acolham de maneira mais incisiva no mercado de trabalho.

Contudo, ao se fazer um recorte de gênero é possível visualizar uma relação de dominância masculina prevalece em todos setores sociais, uma vez que a relação de poder atrelada ao gênero sempre foi apresentada como preceito em subordinação feminina perante ao homem. Como observa Beauvoir (1960, p. 13), “possuem situações mais vantajosas, salários mais altos, maiores possibilidades de êxito que suas concorrentes, [...] e ocupam na indústria e na política maior número de lugares e postos mais importantes”.

Esta opressão de mulheres no mercado de trabalho é observado por Angela Davis (2016) como um mecanismo de inferioridade aplicado desde o recrutamento até a compensação salarial e ascensão de cargos, visto que a discriminação de gênero é uma grande ferramenta da discrepância de poder entre homens e mulheres no mercado de trabalho. Davis também aborda o desequilíbrio laboral concedido a mulheres ocupando empregos mal remunerados e com poucas oportunidades de ascensão quando comparado às remunerações, experiências e qualificações semelhantes a dos homens. Sendo este um fenômeno resultante da opressão de gênero, raça e classe na estrutura social que privilegia o patriarcado.

No cenário internacional a mulher também é vista como inferior nos processos migratórios laborais sendo invisibilizada e diminuída, se tornando personagens secundárias nestes deslocamentos para imigração sendo vistas apenas como passíveis de provedores, sendo estes seus pais ou maridos (DORNELAS; RIBEIRO, 2018, n.p.). Também é possível observar um padrão comportamental que prioriza o imigrante masculino como provedor e protagonista de um cenário laboral migratório, que fortalece um discurso patriarcal de visualizar a mulher como destinada ao trabalho doméstico e incapacitada para o próprio sustento ou de sua família (LISBOA, 2006, n.p.). Por este viés surge a necessidade entender os motivos que contribuem para estas assimetrias encontradas que diferenciam os destinos laborais entre homens e mulheres imigrantes, uma vez que:

há necessidade de investigações que assumam uma postura feminista no que diz

respeito à produção de um conhecimento crítico, situado e que considere as diferenças de gênero na feminização da imigração, tendo em conta os diversos mecanismos de opressão e dominação aos quais as imigrantes estão expostas.” (FRANÇA, 2012).

Outrossim, é imprescindível trazer este debate considerando questões além do gênero como raça e classe, para compreender contextos particularidades destas mulheres imigrantes sobre os “efeitos complexos, irredutíveis, variados e variáveis se seguem quando múltiplos eixos de diferenciação – econômicos, políticos, culturais, psíquicos, subjetivos e experienciais – se intersectam em contextos históricos específicos” (Brah e Phoenix, 2004, p. 76)

A invisibilidade destas pautas é alegada devido à tardia inserção de discussões feministas sob o espectro internacional, se fazendo visível ainda na atualidade que interesses levantados na sociedade civil apenas foram intelectualmente introduzidos nas agendas internacionais no último século. Contudo, o debate a partir do movimento feminista sofreu impasses em sua implementação no sistema internacional, já que se trata de um cenário amplamente marcado por abordagens do patriarcado ocidental e elitista. Autores importantes no estudo de gênero nas Relações Internacionais, como J. Ann Tickner (1992), pontuam que a dificuldade em interpor o estudo de gênero neste cenário está atrelada à identificação masculina nos procedimentos estatais, sendo estes marcados pela hegemonia do patriarcado. Esta teoria é fortalecida por Enloe (2000) através da análise da forma em que a mulher é vista pelo Estado como símbolo complementar de forma monitorada, como vitrine de uma legitimidade internacional.

A vagarosa inserção do debate de gênero nas Relações Internacionais dificulta a visualização de mecanismos importantes, na solução de conflitos como o deslocamento forçado de mulheres e a construção da imagem da mulher refugiada. Para além, é imprescindível que o espectro do feminismo pós-colonial seja considerado já que por ele o contexto em que o gênero está inserido, para que haja uma ampla visualização dessa marginalização, é necessário uma abordagem que respeite a interseccionalidade debatendo as assimetrias de raça e classe dessas mulheres no âmbito internacional. (MINVIELLE, 2022, p. 252). Nesse sentido, inserir as múltiplas facetas para analisar o refúgio, envolve comprometimento político principalmente no que tange à formulação e implementação de políticas públicas.

### 5.3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES REFUGIADAS NO BRASIL

Paralelo a estas contribuições teóricas, se integra às colocações de Eduardo Domenech (2013) que pontua as migrações laborais latinas como um cenário de políticas

públicas, uma vez que o gerenciamento ativo do sistema financeiro dos países receptores têm um papel antagonista na conservação de direitos dessas comunidades, sendo este desequilíbrio o suporte para a disparidade na administração destes fluxos migratórios. Assim, os caminhos traçados por essas pesquisas ajudarão a compreender as necessidades das mulheres migrantes e refugiadas diante sua invisibilidade e os mecanismos de políticas públicas que podem ser utilizados para inseri-las no mercado de trabalho, principalmente brasileiro.

O olhar necessário para entender que a não funcionalidade do abrigo a estas mulheres refugiadas se encontra na não articulação de serviços públicos que as ajudem a usufruir de seus direitos. Como observado por Lussi (2015) sobre a organização da Política Migratória Brasileira, que não tem o preparo necessário para o fluxo de entrada dos últimos anos e manifesta abertura para irregularidades, propiciando formas de trabalho escravo e deficiências nas leis trabalhistas.

Para além destas questões, Silva (2013) denuncia a falta de organização Estatal que acolha estas mulheres de maneira efetiva, buscando de fato meios seguros de inserção no mercado de trabalho. Seu estudo relata a preocupação de órgãos institucionais do Estado, como a CONARE, com a elegibilidade e na legitimação documental de refúgio dificultando a rápida inserção na civilização. Estas mulheres enfrentam barreiras adicionais que não são abraçadas por estas políticas existentes, fazendo com que o reconhecimento oferecido não contemple as complexidades existentes e resultando na limitação do acesso a um trabalho digno. Desta forma, a inexistência de políticas públicas para as mulheres refugiadas, denota ainda mais a vulnerabilidade desse segmento e as falhas domésticas brasileiras de não proteção e amparo.

## **6 METODOLOGIA**

No tocante a metodologia designada a esta pesquisa, poderá ser auxiliada por literaturas e artigos baseados nesta problemática. Para o desenvolvimento deste estudo, será utilizado o método dedutivo-qualitativo a fim de guiar as informações do contexto migracional feminino e a administração utilizada para gerir esse fenômeno de tamanho impacto para a população refugiada feminina. Este estudo será dirigido por análises e contribuições teóricas que ajudem a um suporte para a abordagem do público em questão.

O desenvolvimento da pesquisa bibliográfica se constrói por meio de material já efetivado, principalmente por livros e artigos científicos, além de referências bibliográficas que discorrer um problema, a partir de referenciais teóricos adquiridos,

com o intuito de reúnam os materiais a cerca de um problema, constituindo-se no processo básico para os estudos monográficos (Cervo e Bervian, 2002, p.65, 89).

A partir do objetivo desta pesquisa - problematizar e trazer possíveis realizações das discussões levantadas para o impasse da inserção laboral de mulheres refugiadas e seus impactos sociais, políticos e econômicos - se decidiu seguir o caminho de estrutura exploratória através de pesquisas bibliográficas sobre o tema, assimilando e analisando conceitos e observações já catalogadas por outras pesquisas.

Ademais, na pesquisa documental serão verificados dados e matérias sobre o trabalho laboral imigrante de grandes diretorias e organizações que analisam e relatam estudos migratórios entre mulheres. Estes dados contribuirão para ponderar os objetivos aqui colocados, e principalmente fundamentar os fenômenos analisados. Para fins de investigação serão coletados dados exploratórios por meio de entrevistas com mulheres que se refugiaram para o Brasil, com intuito de analisar os principais motivos e maiores experiências ao saírem de seus países de origem.



## REFERÊNCIAS

- ABREU, Louise. **Gênero e a Questão do Refúgio: As lacunas jurídicas de proteção á mulher refugiada.** Gênero e Sexualidade nas RI's, Revista de Relações Internacionais, p. 01-22, 2 set. 2018.
- ACNUR. **Integração de Venezuelanos Refugiados e Migrantes no Brasil: Policy Research Working paper\***. A “Building the Evidence on Protracted Forced Displacement: A Multi-Stakeholder Partnership”, FCDO, p. 01-05, 30 mar. 2021.
- ANDRADE, M. (2013). **Mulheres refugiadas e o mercado de trabalho: Um estudo no município de São Paulo** (Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. Recuperado de <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/17667/1/Marisa%20Andrade.pdf>
- ASSIS, G. e E. SASAKI (2001): “Novas migrações de e para o Brasil: um balanço da produção bibliográfica”. **Anais do 25º Encontro Nacional da ANPOCS**. Caxambu: ANPOCS.
- ASSIS, Gláucia de Oliveira. (dez 2007). **Mulheres Migrantes no Passado e no Presente: Gênero, Redes Sociais e Migração Internacional**. Revista de estudos feministas. Florianópolis, v. 15, n. 3, p. 745-772.
- BEAUVOIR, Simone de, 1908-1986 2.ed. **O segundo sexo** / Simone de Beauvoir; tradução Sérgio Milliet. - 2.ed. - Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BRAH, Avtar; PHOENIX, Ann. **Ain't I A Woman? Revisiting intersectionality**. Journal of International Women's Studies Vol 5 (3), 2004.
- CAVALCANTI, L., A. T. OLIVEIRA e T. TONHATI (2015): **“Inserção dos Imigrantes no Mercado de Trabalho Brasileiro”**. Cadernos OBMigra.
- CERVO, A. L.; BERVIAN, P.A. **Metodologia Científica**. 5.ed. São Paulo: Prentice hall.2002.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016, 244p.
- DOMENECH, Eduardo. **Las migraciones son como el agua: hacia la instauración de políticas de control con rostro humano. La gobernabilidad migratoria en la Argentina**. Polis. Revista Latinoamericana, v. 35, p. 1-21, 2013.
- DORNELAS, Paula; RIBEIRO, Roberta. **Mulheres Migrantes: invisibilidade, direito à nacionalidade e a interseccionalidade nas políticas públicas**. O Social em Questão, [s. l.], ed. 41, p. 247-264, 1 fev. 2018.
- ENLOE, Cynthia. **Bananas, Beaches and Bases: Making Feminist Sense of International Politics**. Berkeley: University of California Press, 2000a.
- FRANÇA, Thais. **Entre reflexões e práticas: feminismos e militância nos estudos**

**migratórios. Epistemologias feministas: ao encontro da crítica radical**, INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA, 1 dez. 2012.

LISBOA Teresa Kleba, "**Fluxos migratórios de mulheres para o trabalho reprodutivo: a globalização da assistência**", Estudos Feministas, 2007, 805-821.

LUSSI, Carmem. **Políticas públicas e desigualdades na migração e refúgio**. Desigualdades, deslocamentos e políticas públicas na imigração e refúgio, Scielo, 26 set. 2015.

MINVIELLE, Nicole. **Feminismo pós-colonial nas Relações Internacionais?: Intersecções e diálogos teóricos para refletir sobre gênero, refúgio e violência no sul global**. Monções ,

POST, Betina. **Violência de Gênero e Concessão de Refúgio no Contexto Internacional e Brasileiro**. Gênero nas Relações Internacionais , UCRS, ed. 1, 7 dez. 2016. Dourados - UFGD, v. 8, 15 jun. 2022.

ONU MULHERES. **Limites e desafios à integração local de refugiadas, refugiados e pessoas migrantes da Venezuela interiorizadas durante a pandemia de Covid-19**: ONU Mulheres e Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA). ACNUR, UFMG, p. 01-05, 6 mar. 2021.

SAYAD, Abdelmalek. **Travessia: O retorno - Elemento constitutivo da condição do imigrante**. São Paulo: Dirceu Cutti, 2000.

SILVA, C. A. S. (2013). **A política brasileira para refugiados (1998 – 2012)** (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil. Recuperado de <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/88351/000912544.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

TICKNER, J. Ann. **Gender in International Relations: Feminist Perspectives on Achieving Global Security**. Nova York: Columbia University Press, 1992.

TONHATI, Tânia, MACEDO, Marília (2020). **“Imigração de mulheres no Brasil: movimentações, registros e inserção no mercado de trabalho formal (2010-2019)”**. PÉRIPLoS, Revista de Pesquisa sobre Migrações. Volume 4 - Número 2, pp. 125-15